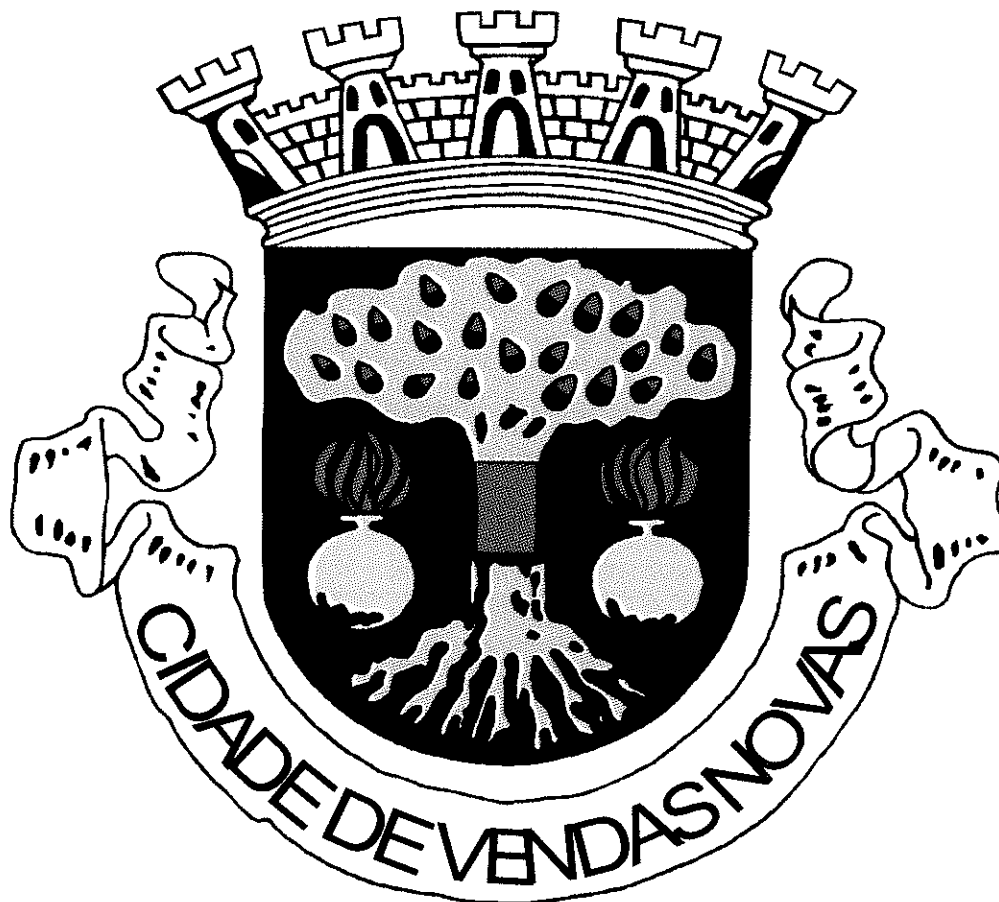


CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Ata da Reunião de 18 / 04 / 2018

Ata n.º 08 destinada a:



ATA N.º 08

Aos dezoito dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

PRESIDENTE..... LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS

VICE-PRESIDENTE ELSA CRISTINA N. DOS SANTOS CAEIRO

VEREADORES

ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS

JOÃO TERESA RIBEIRO

BRUNO ALEXANDRE GOMES

MARIA EMÍLIA PITEIRA V. PAULINO

SUSANA MARIA BARREIROS GONÇALVES

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00.

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

Tomou a palavra o **Presidente** informando que no dia 6 de abril participou, juntamente com a Vereadora Ana Barros, na receção, no Salão Nobre da Câmara Municipal, à equipa de iniciados do Estrela Futebol Clube e no jantar da Casa do Benfica em Vendas Novas, no qual foram apresentados os novos órgãos sociais, no dia 7 esteve presente no 31.º Aniversário do Grupo de Danças e Cantares “Os Pioneiros de Vendas Novas”, no dia 8 participou na entrega de taça e faixas de campeões à equipa de iniciados do Estrela Futebol Clube e no dia 11, juntamente com a Vereadora Ana Barros, participou na entrega de cabazes da iniciativa “Tempo de Ajudar” da



Associação Coração Delta. No dia 13, juntamente com a Vereadora Ana Barros, esteve presente no aniversário da Academia Sénior, no dia 16 participou no Conselho Coordenador de Avaliação do SIADAP e participou ainda na apresentação do Orçamento Participativo Nacional que contou com a presença da Sr.^a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, Dr.^a Graça Fonseca, bem como na assinatura dos contratos programas do Associativismo Local para o ano de 2018, com todos os eleitos em funções. Por fim, no dia 17 participou no Conselho Executivo e Assembleia Intermunicipal da AMGAP, na sede da Cimbal, em Évora.

Interveio a **Vereadora Ana Barros** referindo que, para além do que já foi referido, no dia 11 de abril esteve presente na Exposição “Sinais Imperfeitos” e na apresentação da Associação “Inovar Autismo”, no dia 12 esteve presente numa reunião dos Alcoólicos Anónimos, que se realizou na Biblioteca Municipal, no dia 16 participou no acompanhamento da atividade com o autor João Pedro e no dia 17 esteve presente no Encontro de Canábis, promovida pela Universidade de Évora.

Interveio a **Vice-Presidente** dando conhecimento de que no dia 10 de abril esteve presente na apresentação do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas na CIMAC, no dia 14 esteve presente no Anima Mercado no Mercado Municipal e no dia 16 participou na apresentação do Orçamento Participativo Nacional com a presença da Sr.^a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, Dr.^a Graça Fonseca e na assinatura dos contratos programas do Associativismo Local para o ano de 2018.

Tomou a palavra o **Vereador Bruno Gomes** referindo que no dia 12 de abril participou numa visita Rodoviária no autocarro “Mais Perto”, para levantamento de pontos de melhoria, no dia 13 esteve presente na cerimónia de entrega de veículos elétricos, no âmbito do Programa de apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública, na CCDRA, no dia 14 participou na Ação de Sensibilização “Um dia faz a Diferença” e no dia 16 participou na apresentação do Orçamento Participativo Nacional com a presença da Sr.^a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, Dr.^a Graça Fonseca e na assinatura dos contratos programas do Associativismo Local para o ano de 2018.

A **Vereadora Susana Gonçalves** interveio informando que no dia 11 de abril esteve presente na Exposição “Sinais Imperfeitos” e na apresentação da Associação “Inovar Autismo”, no Auditório Municipal e no dia 16 participou na apresentação do Orçamento Participativo Nacional com presença da Sr.^a da Secretária de Estado da Modernização Administrativa, Dr.^a Graça Fonseca e



LR
#

na assinatura dos contratos programas do Associativismo Local para o ano de 2018.

Interveio o **Vereador Teresa Ribeiro** referindo que participou na iniciativa do Orçamento Participativo Nacional com a presença da Sr.^a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, Dr.^a Graça Fonseca, no Fórum Cultural “A Praça”, recomendando que em próximas iniciativas sejam divulgados os moldes em que as mesmas funcionam.

A **Vereadora Emília Paulino** informa que no dia 16 também esteve presente na apresentação do Orçamento Participativo Nacional.

2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – Proposta de Alteração do Regulamento do Orçamento Participativo de Vendas Novas

Doc. 29/18

Presente proposta de alteração ao documento que regula o orçamento participativo de Vendas Novas, para respetiva aprovação. Estas alterações acontecem com o propósito de tornar este documento mais completo e transparente, passível de ajustes ano a ano e de acordo com a situação vigente nesses períodos.

Tomou a palavra o **Presidente** explicando o documento e referindo que é altura de tornar o orçamento participativo mais moderno, pois já passou algum tempo desde a sua criação, tornando o documento mais transparente, sendo que as principais alterações se prendem com o artigo 4.º, pois permite que a Câmara Municipal fixe, ano a ano, as datas das várias fases. Refere que é também criado o “Quiosque Participativo”, para permitir que haja votação de forma descentralizada, com o objetivo de aumentar ainda mais a participação dos vendasnovenses.

Interveio a **Vereadora Emília Paulino** referindo que como desconhecia o Regulamento do Orçamento Participativo, pediu o anterior e verificou que existem várias alterações, com as quais os Vereadores da CDU não concordam, como o facto de deixar de haver as datas do artigo 4.º, ficando as mesmas à consideração da Câmara Municipal. Na Comissão de Análise Técnica dos procedimentos, existe um lapso, pois são sete elementos e não cinco. Refere que sendo uma análise técnica, não faz sentido existirem três políticos, todos da mesma “cor” política. Entendem também que não deve ser depois da Comissão Técnica avaliar as propostas que se vai adaptar as mesmas, considerando que deve ser antes da aprovação.



Sobre as datas, o **Presidente** refere que a Câmara Municipal é que fixa as mesmas, de forma a dar mais flexibilidade e evitar problemas, como os que ocorreram no ano passado, em que coincidiram com as eleições. Sobre a Comissão Técnica ser maioritariamente com eleitos do PS, refere que é a força política que está no poder. Refere que a democracia é o que é e, neste momento, o Presidente da Câmara Municipal e os Presidente de Junta são do PS, não podendo dizer que o serão no futuro, o Membro da Assembleia Municipal também é eleito e pode ser de qualquer força política. Relativamente à adaptação das propostas, afirma que não é só no final, até porque muitas são só ideias e é necessário que as mesmas sejam discutidas com os proponentes de forma a concretizar as mesmas ou a melhorá-las.

Sobre a presente proposta, o **Vereador Teresa Ribeiro** afirma que defende a participação da população e das Associações na vida do Concelho, apesar dos vereadores da CDU serem contra as alterações ao regulamento. Refere que sempre defendeu isso, e quando era Presidente da Câmara Municipal realizava reuniões em todas as localidades de forma a resolver os problemas das populações e com essas informações eram elaborados os planos. Pensa que agora também deveria ser feito o mesmo, pois com o Orçamento Participativo, as pessoas votam em propostas que representam aproximadamente 2 % do orçamento. Os dinheiros que a Câmara Municipal tem são insuficientes para resolver todos os problemas existentes no Concelho. Assim, a Câmara Municipal deveria apresentar os projetos com orçamentos e ação para as localidades e não havendo dinheiro para todos, as pessoas, com mais informação, poderiam pronunciar-se de forma mais fundamentada. Os Vereadores da CDU não concordam que as datas sejam retiradas do atual regulamento, pois com as datas fixadas, as pessoas têm um conhecimento antecipado. Sobre a comissão técnica, refere que a mesma não é técnica, pois a maioria são eleitos, havendo a hipótese de serem só de uma força política e isto não tem nada a ver com a democracia e não tem nada a ver com Amar Vendas Novas. Este tipo de participação limita a participação dos eleitos e das populações, pois não é dada toda a informação.

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que as reuniões com as populações são feitas todos os anos e por outro lado todos os meses o Presidente da Câmara Municipal promove reuniões com a população, em todas as localidades, com a Presidência Aberta. Afirma que os Vereadores da CDU dizem que não estão contra o Regulamento do Orçamento Participativo, mas a visão que apresentaram é ser contra a participação, pois, pela visão dos referidos Vereadores, as pessoas não apresentam propostas, apenas se pronunciam sobre as propostas do executivo. O que o atual



executivo faz é o contrário disso e assume que não sabe tudo, tendo a humildade de aceitar novas propostas. O executivo, além de ouvir as pessoas para a construção do orçamento municipal, dá-lhes a possibilidade de apresentarem propostas. Relativamente à autonomia da Câmara Municipal, não percebe porque razão são contra a proposta de ser esta a decidir, ano a ano, a calendarização do Orçamento Participativo e divulgá-lo à população.

Interveio o **Vereador Teresa Ribeiro** afirmando que o Presidente interpretou mal o que disse, pois não é contra a participação da população na escolha dos projetos. O que defende é uma metodologia diferente, pois o que acha é que a Câmara Municipal devia informar os projetos que tem e os valores para os mesmos e depois as pessoas escolhiam em consciência.

O **Presidente** refere que o que o Vereador Teresa Ribeiro propões não é um Orçamento Participativo, é o que o executivo faz ao ouvir as pessoas todos os anos sobre as GOP's. Afirma que o Orçamento Participativo é outra coisa, pois são as pessoas que apresentam ideias e projetos, para além daquilo que é apresentado pelo executivo.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Teresa Ribeiro e Emília Paulino, aprovar a proposta de Alteração do Regulamento do Orçamento Participativo de Vendas Novas, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2.2 - Expediente

2.2.1 - Empreitada de construção de campo de futebol em piso sintético e requalificação urbana da entrada sul-arruamentos – Análise de Erros e Omissões

No decorrer do procedimento de concurso “CP19/2018 - Empreitada de construção de campo de futebol em piso sintético e requalificação urbana da entrada sul-arruamentos”, veio o interessado “Tomás De Oliveira-Empreiteiros, S.A.”, apresentar lista de omissões ao projeto, dentro do prazo estabelecido no ponto 5.1 do programa de concurso (PC). Da análise realizada pela equipa projetista e pelo júri do procedimento, resultou o relatório, onde constam as omissões e o resultado da análise efetuada, propondo-se o seguinte:

- 1) Seja aprovado pela Câmara Municipal (CM) o relatório de análise das omissões apresentadas pelo interessado “Tomás De Oliveira-Empreiteiros, S.A.” (em anexo);
- 2) Seja o relatório supracitado divulgado através da plataforma eletrónica de suporte ao



procedimento de concurso.

Atendendo a que não será possível respeitar o prazo de pronúncia da CM sobre as omissões, estabelecido no ponto 5.3 do PC, no sentido de cumprir com o disposto no nº1 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos (anexo ao DL18/2008, de 29/janeiro), propõe-se a prorrogação do prazo de apresentação das propostas para 30 de abril do corrente ano.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório de análise das omissões apresentadas pelo interessado e a prorrogação do prazo de entrega das propostas até 30 de abril.

2.2.2 – Bolsas de Estudo 2017-2018

No cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo e de Mérito, apresenta-se a proposta de atribuição de dezasseis bolsas de estudo aos alunos do ensino secundário, profissional e superior, num valor global de 7.500 €, assim distribuídas: duas bolsas para alunos do 10.º Ano do Ensino Secundário, no valor de 250 € cada; duas bolsas para alunos de 11.º Ano do Ensino Secundário, no valor de 250 € cada; duas bolsas para alunos de 12.º Ano do Ensino Secundário, no valor de 250 € cada; uma bolsa para alunos do 10.º Ano, do Ensino Profissional no valor de 250 €; uma bolsa para alunos de 11.º Ano do Ensino Profissional no valor de 250 €; uma bolsa para alunos de 12.º Ano do Ensino Profissional no valor de 250 € e sete bolsas de 750 € cada para alunos do Ensino Superior.

Interveio a **Vereadora Emilia Paulino** informando que solicitou o regulamento e tem algumas dúvidas, designadamente quanto à data desta decisão, perguntando a razão da mesma. Afirma que os Vereadores da CDU entendem que os valores para as Bolsas do Ensino Superior são irrisórios, face às dificuldades e custos envolvidos neste nível de ensino. Relativamente às Bolsas de mérito pergunta o que é que se pretende atribuir.

Tomou a palavra a **Vereadora Ana Barros** referindo que o concurso não é aberto no início do ano letivo, normalmente é no 2.º período, pois muitos alunos têm que solicitar documentos para instruírem as candidaturas, e este ano o procedimento atrasou-se um pouco mais. Relativamente ao valor, informa que é o possível perante o orçamento municipal existente e muitas vezes as bolsas não são atribuídas. Refere que estas bolsas são apenas por carência económica, afirmando que alguns alunos têm carência, mas já recebem outras bolsas, pelo que não podem obter a bolsa



22
#

municipal. A bolsa do ensino superior corresponde a cerca de 80 % da propina anual e é o que a Câmara Municipal tem possibilidade de atribuir neste momento. Relativamente à bolsa de mérito informa que a mesma é atribuída no final do ano aos melhores alunos por cada ano, quer do ensino regular, quer do profissional.

A **Vereadora Emilia Paulino** afirma que discorda do timing, pois os alunos poderão obter o comprovativo de matrícula mais cedo. Discorda também do valor, principalmente do ensino superior e entende que o mesmo deveria ser superior, propondo que seja aumentado o valor da bolsa para o ensino superior.

A **Vereadora Ana Barros** refere que o documento não é apenas o comprovativo de matrícula, sendo também necessário saber se têm ou não outras bolsas. Afirma que no ano anterior também havia 7 bolsas, mas só concorreram 5 alunos e somente 4 preenchiam os requisitos.

Tomou a palavra o **Presidente** perguntando o que é que os Vereadores propõem para aumentar os referidos valores, pois o valor no orçamento é este e para o mesmo ser aumentado, terá de se diminuir noutro lado, perguntando onde propõe que haja alteração.

O **Vereador Teresa Ribeiro** informa que propõe que seja aumentado o valor das Bolsas do Ensino Superior para 1.500 € e que esse valor seja reforçado com o saldo transitado ou então seja retirado das festas.

O **Presidente** refere que o **Vereador Teresa Ribeiro** não quer que se façam as Festas do Concelho.

O **Vereador Teresa Ribeiro**, esclarece que não foi isso que disse.

O **Presidente** informa que não existe orçamento disponível e coloca à votação a proposta dos Vereadores da CDU.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra do Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Ana Barros, Bruno Gomes e Susana Gonçalves e dois votos a favor dos Vereadores Teresa Ribeiro e Emília Paulino, rejeitar a proposta apresentada pelos Vereadores da CDU, de aumentar as Bolsas de Estudo do Ensino Superior para 1.500 € cada.

Tomou a palavra o **Presidente**, apresentando a seguinte declaração de voto em nome dos eleitos do PS: “Os eleitos do PS na Câmara Municipal de Vendas Novas, em concordância com a estratégia do Serviço Público na área da educação e de acordo com o que sempre foi feito no Município de Vendas Novas liderado pelo PS, congratula-se com o facto de, em mais um ano



serem aprovadas bolsas de estudo para os alunos carenciados do Concelho, ao contrário do que acontecia nos últimos anos dos mandatos da CDU, recusando e votando contra uma alteração proposta pelos Vereadores da CDU, desprovida de regulamentação orçamental e não se tratando mais do que de um ato populista”.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte proposta de fixação do número e montante das bolsas de estudo a atribuir no ano letivo 2017-2018: duas bolsas para alunos do 10.º Ano do Ensino Secundário, no valor de 250 € cada; duas bolsas para alunos de 11.º Ano do Ensino Secundário, no valor de 250 € cada; duas bolsas para alunos de 12.º Ano do Ensino Secundário, no valor de 250 € cada; uma bolsa para alunos do 10.º Ano, do Ensino Profissional no valor de 250 €; uma bolsa para alunos de 11.º Ano do Ensino Profissional no valor de 250 €; uma bolsa para alunos de 12.º Ano do Ensino Profissional no valor de 250 € e sete bolsas de 750€ cada para alunos do Ensino Superior.

Tomou a palavra o Vereador Teresa Ribeiro, apresentando a seguinte declaração de voto em nome dos Vereadores da CDU: “Os Vereadores da CDU votaram favoravelmente a proposta apresentada, mas lamentam que a proposta que os Vereadores da CDU apresentaram de aumentar as bolsas do Ensino Superior para 1.500 € cada tenha sido recusada pelo Presidente e pela maioria da Câmara Municipal”.

2.2.3 – Ação Social Escolar 2017-2018: visitas de estudo

Presente informação sobre os valores relativos à Ação Social Escolar (ASE) das visitas de estudo do 1.º ciclo do ensino básico, a reembolsar aos alunos beneficiários de escalão 1 e 2, no valor total de 825,25 €, conforme estabelecido no Anexo III dos Auxílios Económicos constantes do Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o reembolso aos alunos beneficiários de escalão 1 e 2, no valor total de 825,25 € relativos à ASE das visitas de estudo.

2.2.4 – Proposta de apoio em espécie à Associação de Intervenção Comunitária de Vendas Novas

Presente proposta de apoio em espécie à Associação de Intervenção Comunitária de Vendas



LO
#

Novas, no valor estimado de 245,70 €, através da cedência de mão-de-obra (serviço de canalização), para execução de melhoramentos na sede da entidade.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio em espécie à Associação de Intervenção Comunitária de Vendas Novas, consubstanciado na cedência de mão-de-obra de serviço de canalização, para execução de melhoramentos na sede da entidade, no valor estimado de 245,70 €.

2.2.5 – Oferta de bilhetes de cinema e entradas nas piscinas municipais – 4.º aniversário da CPCJ

Presente proposta de oferta de 8 bilhetes duplos para o cinema e 3 cartões de 5 entradas nas piscinas municipais a serem sorteados no aniversário da CPCJ, no valor de 108 €.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

2.2.6 – Contrato de Comodato – Empresa Jornalística de Vendas Novas – Gazeta de Vendas Novas

Doc. 30/18

A Administração da Empresa Jornalística de Vendas Novas, solicitou ao Município a cedência de um espaço adequado para o desenvolvimento das suas atividades, sendo a existência do mesmo, indispensável para dar continuidade ao seu normal funcionamento. O Município é proprietário e legítimo possuidor da fração autónoma designada pela letra F, sita no edifício da Estação Central Rodoviária na Avenida 25 de Abril, em Vendas Novas. O Município reconhece as características da Gazeta de Vendas Novas e o papel determinante que esta tem tido no concelho, sendo atualmente o único jornal existente. O seu “eventual” encerramento seria uma perda relevante para o Concelho e criaria um vazio noticioso e cultural, pelo que pretende ceder a fração identificada, nos termos e condições clausuladas no contrato de comodato em anexo.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato de comodato a celebrar com a Empresa Jornalística de Vendas Novas para cedência da fração autónoma designada pela letra F, sita no edifício da Estação Central Rodoviária.

2.2.7 - Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município de Vendas Novas e a Associação



Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas

Doc. 31/18

Presente a mensagem de correio eletrónico remetida pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, no qual dá conta da falta crescente de recursos humanos que lhes permita dar a devida resposta em situações de socorro à população. Foi solicitado ao Município a cedência de meios humanos que possam temporariamente ficar alocados à Associação. Desta forma, apresenta-se a proposta de protocolo a celebrar entre o Município de Vendas Novas e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, para definição dos moldes em que se operacionalizará a colocação à disposição dessa Associação de um trabalhador do Município.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município de Vendas Novas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas.

2.2.8 - Ponto de Situação sobre a progressão nas carreiras dos Colaboradores do Município de Vendas Novas

Doc. 32/18

Presente informação do Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas com o ponto de situação sobre a aplicação do art.º 18 da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, relativo às progressões nas carreiras dos colaboradores do Município de Vendas Novas, solicitado pelos Srs. Vereadores da CDU, João Teresa Ribeiro e Maria Emília Paulino.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.2.9 – Pagamento das Faturas de Água em Prestações

- Feliciano Rosa Aldeias, solicita o pagamento das faturas de água n.ºs 55293, 61947, 68600, 75257, 2122 e 8787, no valor de 143,34 €, em seis prestações mensais. O Regulamento Municipal em vigor permite o pagamento faseado até ao máximo de 6 prestações.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado, aprovando a anulação das faturas n.ºs 55293, 61947, 68600, 75257, 2122 e 8787, e autorizar o pagamento em seis prestações mensais, bem como, celebrar acordo de pagamento



CC
JF

conforme informação da DOPA (INT_CMVN/2018/1657) de 4 de abril.

- Fernanda Maria Francisco Guerreiro, solicita o pagamento das faturas de água n.ºs 71595, 78256, 5116, 11781 e 18450, no valor de 266,90 € em seis prestações mensais. O regulamento Municipal em vigor permite o pagamento faseado até ao máximo de seis prestações.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado, aprovando a anulação das faturas n.ºs 71595, 78256, 5116, 11781 e 18450 e autorizando o pagamento em seis prestações mensais, bem como, celebrar acordo de pagamento conforme informação da DOPA (INT_CMVN/2018/1683) de 5 de abril.

- Maria Filipe Lopes João da Silva, solicita o pagamento da fatura de água n.º 3392, no valor de 94,25€, em quatro prestações mensais. O Regulamento Municipal em vigor permite o pagamento faseado até ao máximo de seis prestações.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado, aprovando a anulação da fatura n.º 3392 e autorizando o pagamento em quatro prestações mensais, bem como, celebrar acordo de pagamento conforme informação da DOPA (INT_CMVN/2018/1724) de 6 de abril.

- Bruno Miguel Ramalho Nunes, solicita o pagamento das faturas de água n.ºs 6003 e 12668, no valor de 337,12€, em seis prestações mensais. O Regulamento Municipal em vigor permite o pagamento faseado até ao máximo de seis prestações.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado, aprovando a anulação das faturas n.º 6003 e 12688 e autorizando o pagamento em seis prestações mensais, bem como, celebrar acordo de pagamento, conforme informação da DOPA (INT_CMVN/2018/1711) de 6 de abril.

2.2.10 - Resumo Diário da Tesouraria

Presente o **Resumo**, respeitante ao dia 17 de abril cujo saldo é de 651.501,94 € correspondendo 554.151,59 € a Dotações Orçamentais e 97.350,35 € a Dotações não Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



Obras – Licenciamento

Com base nos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, bem como pelos técnicos municipais, foram presentes os processos a seguir referenciados e que mereceram as seguintes deliberações:

- **Processo n.º 450.10.204.03/2017/184 de Susana Rocha de Oliveira Ramos** - Trata-se da operação urbanística referente ao pedido de Licenciamento para a construção de uma habitação e de um anexo e Legalização da ampliação de uma habitação, localizados no prédio urbano sito na Av. da Misericórdia, n.º 52, em Vendas Novas. Por deliberação camarária, foi aprovado o projeto de Arquitetura a 07-03-2018. Foram entregues os projetos de Especialidades com os respetivos Termos de Responsabilidade a 11-04-2018, bem como o Termo de Responsabilidade que garante a Segurança, Solidez e Salubridade da obra, referente ao pedido de Legalização da ampliação da habitação existente no terreno.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos de especialidades e de legalização do processo em epígrafe, de acordo com a informação técnica (INT_CMVN/2018/1833).

- **Processo n.º 450.10.204.03/2017/58 de Vivaldo José Gaibino** -Trata-se do pedido de Legalização de uma garagem e arrecadações, localizadas no prédio urbano sito na Rua Dr. António José de Almeida, n.º 52, em Vendas Novas. Por deliberação camarária, foi aprovado o projeto de Arquitetura a 10-01-2018. Foi entregue o Termo de Responsabilidade que garante a Segurança, Solidez e Salubridade da obra a 10-04-2018.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de legalização do processo em epígrafe, de acordo com a informação técnica (INT_CMVN/2018/1790).

- **Processo n.º 450.10.204.03/2017/142 de José dos Santos Cardoso** - Trata-se do pedido de Legalização da ampliação de uma moradia unifamiliar com sótão, anexo e muro, sita na Rua José Pedro Soares, n.º 2-D, em Vendas Novas. Por deliberação camarária, foi aprovado o projeto de Arquitetura a 10-01-2018. Foi entregue o Termo de Responsabilidade que garante a Segurança, Solidez e Salubridade da obra a 09-04-2018.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de legalização do



processo em epígrafe, de acordo com a informação técnica (INT_CMVN/2018/1785).

- **Processo n.º 450.10.204.03/2018/1 de Douglas Lemes Cecilio** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de Licenciamento de obras de alteração numa habitação e muro, localizados no prédio urbano sito na Rua Alexandre Braga, n.º5, em Vendas Novas. Verificando-se a conformidade do projeto de Arquitetura entregue com a legislação em vigor, estão reunidas as condições para o deferimento da pretensão.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura do processo em epígrafe, de acordo com a informação técnica (INT_CMVN/2018/1842).

3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Interveio o **Sr. João Pestana** no sentido de colocar algumas questões sobre a Associação Estrela 1920. Começa por considerar que o executivo não sabe a importância da mesma e não lhe está a dar o devido valor, pois não se trata apenas de uma Escola de Futebol, mas que serve também para ajudar os jovens, transmitindo-lhe valores, afastando-os do álcool e de outras dependências. Refere que a Câmara Municipal deve apoiar a formação e não o futebol sénior. Em segundo lugar, pergunta para quando está previsto o campo sintético, pois considera que o mesmo é fundamental, uma vez que os títulos estão a ser disputados em péssimas condições. Informa que há um problema com dejetos de cães junto ao Centro Educativo, que pode ser um problema de saúde pública. Afirma que já avisou algumas pessoas, mas não pretende apresentar queixa contra ninguém. Considera que as tabelas de pagamento de água estão desajustadas, pois não refletem a dimensão dos agregados familiares.

Tomou a palavra o **Presidente**, agradecendo a participação do munícipe. Afirma que o executivo não descarta a importância da Associação Estrela 1920, pois, até ele próprio esteve envolvido na criação da mesma, tendo apadrinhado a referida criação, a vários níveis, até publicamente. Refere que a Câmara Municipal também aprovou um apoio extraordinário em 2017. Existe uma equipa a apoiar essa e outras associações, com pessoal, equipamento e transporte. Informa que o executivo tem tido várias reuniões com a direção da referida associação para discutir os problemas e tentar resolvê-los. Sobre o facto de Câmara Municipal não dever apoiar o futebol sénior, essa é uma



opinião e visão. A Câmara apoia todas as associações na medida das suas possibilidades. Relativamente ao sintético, o executivo gostaria de já o ter pronto. Refere que o projeto terminou em setembro de 2017 e que posteriormente a Câmara Municipal esteve à espera de pareceres. Em janeiro foi feita a revisão do projeto e entretanto foi aberto o concurso público, o qual termina no dia 30 de abril. De seguida será feita a adjudicação, enviado ao Tribunal de Contas e iniciada a obra. O executivo tem feito tudo o que é possível para que o sintético seja uma realidade, o mais rapidamente possível. Sobre os dejetos dos cães, afirma que essa é uma preocupação global a todo o Concelho, que têm sido feitas algumas campanhas de sensibilização e está a ser preparado inclusive um projeto de disponibilização de sacos para recolha de dejetos, mas trata-se principalmente de um problema de falta de civismo. Em relação às tarifas de água, informa que a estrutura é fixada de acordo com as regras da ERSAR, já existindo uma tarifa especial para as famílias numerosas.

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objeto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ACTA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 17 H sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF

Vendas Novas, 18 de abril de 2018



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, por Municipla, na reunião realizada em 30/05/2018.

com os votos contra dos Vereadores Teresa Ribeiro e
Eusébio Paesinho.

O Presidente

[Handwritten Signature]

Os Vereadores

[Handwritten Signature]

Ana Carla Arranja M. de Barros

João Teresa Ribeiro

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

Bruno Alexandre Gomes

Maria Emília Piteira V. Paulino

Susana Maria Barreiros Gonçalves

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]